



## 04/07/2019 19:35 - AO VIVO: Confira principais pontos do texto-base da reforma da Previdência



Aprovado hoje (4) no início da tarde na comissão especial da Câmara dos Deputados, o texto-base da reforma da Previdência suavizou alguns pontos em relação à versão lida na terça-feira (2) pelo relator da proposta na comissão, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP). Segundo ele, a economia está próxima de ficar em torno de R\$ 1 trilhão nos próximos dez anos .

Nas últimas 24 horas, Moreira fez novas alterações. O relator restringiu o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aos bancos de médio e de grande porte e retirou a autorização para que estados e municípios aumentem a contribuição de servidores públicos sem a necessidade de recorrerem aos Legislativos locais.

A idade mínima de aposentadoria para policiais e agentes de segurança que servem à União foi mantida em 55 anos. Essa categoria engloba funções como policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais legislativos e agentes penitenciários de presídios federais, entre outras. O fim da isenção da contribuição previdenciária de exportadores rurais, no entanto, foi mantido.

Agora os participantes da Comissão votam os destaques ao texto que foram apresentados.

### AO VIVO

#### Confira como está a reforma da Previdência conforme o texto-base aprovado na comissão especial

##### Idade mínima para trabalhador urbano

- **Proposta do governo:** a idade mínima de 62 anos para mulheres e de 65 anos para homens após o período de transição, com tempo mínimo de contribuição de 20 anos para ambos os sexos.
- **Texto-base:** idades mínimas mantidas, com tempo de contribuição de 20 anos para homens e 15 anos para as mulheres.

##### Regra de transição

- **Proposta do governo:** no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que abrange os trabalhadores do setor privado, a PEC prevê três regras de transição para o setor privado: sistema de pontos por tempo de contribuição e por idade, aposentadoria por tempo de contribuição para quem tem pelo menos 35 anos de contribuição (homens) e 30 anos (mulheres) e pedágio de 50%

sobre o tempo faltante pelas regras atuais, desde que restem menos de dois anos para a aposentadoria.

Para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), dos servidores públicos, o texto estipula um sistema de pontuação que permitiria a aposentadoria a partir dos 61 anos para homens e 56 anos para mulheres. A partir de 2022, as idades mínimas subiriam para 62 anos (homens) e 57 anos (mulheres). Nesse caso, no entanto, os servidores receberiam um valor mais baixo. Os trabalhadores públicos que entraram até 2003 precisariam trabalhar até 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres) para terem direito à integralidade (último salário da ativa) e paridade (mesmos reajustes salariais dos ativos).

- **Texto-base:** o texto acrescentou uma regra de transição que valerá tanto para o serviço público como para a iniciativa privada. Os trabalhadores a mais de dois anos da aposentadoria terão um pedágio de 100% sobre o tempo faltante para terem direito ao benefício. No caso dos servidores públicos que entraram antes de 2003, o pedágio dará direito à integralidade e à paridade.

### Aposentadoria rural

- **Proposta do governo:** idade mínima de 60 anos para a aposentadoria de homens e mulheres, com 20 anos de tempo de contribuição para ambos os sexos.
- **Texto-base:** mantidas as regras atuais, com 55 anos para mulheres e 60 anos para homens, incluindo garimpeiros e pescadores artesanais. Apenas o tempo mínimo de contribuição para homens sobe para 20 anos, com a manutenção de 15 anos para mulheres.

### Professores

- **Proposta do governo:** idade mínima de 60 anos de idade para a aposentadoria de homens e mulheres, com 30 anos de tempo de contribuição.
- **Primeira versão do relatório:** idade mínima de 57 anos para mulheres e 60 anos para homens, com definição de novos critérios por lei complementar. Regra vale para professores do ensino infantil, fundamental e médio.
- **Texto-base:** professoras terão integralidade (aposentadoria com último salário da ativa) e paridade (mesmos reajustes que trabalhadores da ativa) aos 57 anos. Professores só terão esses direitos a partir dos 60 anos.

### Capitalização

- **Proposta do governo:** Constituição viria com autorização para lei complementar que instituirá o regime de capitalização.
- **Texto-base:** proposta retirada.

### Benefício de Prestação Continuada (BPC)

- **Proposta do governo:** idosos de baixa renda receberiam R\$ 400 a partir dos 60 anos, alcançando um salário mínimo somente a partir dos 70.
- **Primeira versão do relatório:** proposta retirada, com manutenção de um salário mínimo para idosos pobres a partir dos 65 anos.
- **Texto-base:** inclusão de medida para combater fraudes no BPC, com especificação na Constituição de renda familiar *per capita* de até um quarto do salário mínimo a partir dos 65 anos para ter direito ao benefício.

### Pensão por morte

- **Proposta do governo:** pensão por morte começaria em 60% do salário de contribuição, aumentando 10 pontos percentuais por dependente até chegar a 100% para cinco ou mais dependentes. Retirada da pensão de 100% para dependentes com deficiências intelectuais ou mentais. Apenas dependentes com deficiências físicas receberiam o valor máximo.
- **Primeira versão do relatório:** mantém nova fórmula de cálculo, mas garante pensão de pelo menos um salário mínimo para beneficiários sem outra fonte de renda. Pagamento de 100% para beneficiários com dependentes inválidos (deficiência física, intelectual ou mental) e para dependentes de policiais e agentes penitenciários da União mortos por agressões em serviço.

- **Texto-base:** pensões de 100% para policiais e agentes penitenciários da União serão pagas por morte em qualquer circunstância relacionada ao trabalho, como acidentes de trânsito e doenças ocupacionais, demais pontos da primeira versão mantidos.

### Abono salarial

- **Proposta do governo:** pagamento restrito aos trabalhadores formais que ganham um salário mínimo, contra dois salários mínimos pagos atualmente.
- **Texto-base:** pagamento aos trabalhadores de baixa renda (até R\$ 1.364,43 em valores atuais).

### Salário-família e auxílio-reclusão

- **Proposta do governo:** pagamento restrito a beneficiários com renda de um salário mínimo.
- **Relatório:** pagamento a pessoas de baixa renda (até R\$ 1.364,43 em valores atuais).

### Cálculo de benefícios

- **Proposta do governo:** benefício equivalente a 60% da média as contribuições em toda a vida ativa, mais dois pontos percentuais por ano que exceder os 20 anos de contribuição.
- **Primeira versão do relatório:** redação abriu brecha para exclusão de contribuições “prejudiciais ao cálculo do benefício”, que poderia anular toda a economia com a reforma da Previdência.
- **Texto-base:** redação mais clara para retirar brecha e retomar a fórmula original proposta pelo governo.

### Reajuste de benefícios

- **Proposta do governo:** eliminava trecho da Constituição que preservava a reposição das perdas da inflação.
- **Texto-base:** manutenção do reajuste dos benefícios pela inflação.

### Contagem de tempo

- **Proposta do governo:** PEC não abordava assunto.
- **Texto-base:** parágrafo que impede a contagem de tempo sem o pagamento das contribuições. Recentemente, o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu que os juízes podem considerar, no tempo de contribuição, os anos em que exerciam a advocacia e não contribuíam para a Previdência.

### Estados e municípios

- **Proposta do governo:** PEC valeria automaticamente para servidores dos estados e dos municípios, sem necessidade de aprovação pelos Legislativos locais.
- **Primeira versão do relatório:** retirada de estados e municípios da PEC, com a possibilidade de reinclusão dos governos locais por meio de emenda na comissão especial ou no Plenário da Câmara.
- **Segunda versão do relatório:** autorização para que estados e municípios aumentassem temporariamente a alíquota de contribuição dos servidores para cobrir o rombo nos regimes locais de Previdência, sem a necessidade de aprovação dos Legislativos locais.

- **Texto-base:** autorização retirada, todos os pontos da reforma da Previdência precisarão ser aprovados pelos Legislativos locais para valerem nos estados e nos municípios.

### **Incorporação de adicionais**

- **Proposta do governo:** PEC não aborda assunto.
- **Texto-base:** extensão aos estados e municípios da proibição de incorporar adicionais por cargo de confiança ou em comissão ao salário dos servidores, vedação que existe em nível federal.

### **Acúmulo de benefícios**

- **Proposta do governo:** limite para acúmulo de benefícios a 100% do benefício de maior valor, somado a um percentual da soma dos demais, começando em adicional de 80% para um salário mínimo e caindo para 0% acima de benefícios de mais de quatro salários mínimos. Médicos, professores, aposentadorias do RPPS ou das Forças Armadas ficam fora do limite por terem exceções estabelecidas em lei.
- **Texto-base:** altera para 10% adicional para benefícios acima de quatro salários mínimos, mantendo os demais pontos.

### **Encargos trabalhistas**

- **Proposta do governo:** possibilidade de incidir desconto para a Previdência sobre vale alimentação, vale transporte e outros benefícios trabalhistas.
- **Texto-base:** proposta retirada.

### **Aposentadoria de policiais que servem à União**

- **Proposta do governo:** a categoria, que abrange policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais legislativos e agentes penitenciários federais, entre outros, se aposentará aos 55 anos de idade, com 30 anos de contribuição e 25 anos de exercício efetivo na carreira, independentemente de distinção de sexo.
- **Texto-base:** depois de tentativas de acordo para reduzir a idade mínima para 52 anos (mulheres) e 53 anos (homens) para policiais e agentes de segurança em nível federal, o relator manteve a proposta original do governo.

### **Aposentadoria de juízes**

- **Proposta do governo:** PEC não abordava assunto.
- **Texto-base:** retirada da Constituição da possibilidade de pena disciplinar de aposentadoria compulsória para juízes e parágrafo que impede contagem de tempo de contribuição para juízes que não contribuíram com a previdência enquanto exerceram a advocacia.

### **Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)**

- **Proposta do governo:** PEC não abordava assunto.
- **Primeira versão do relatório:** repasse de 40% das receitas do FAT para a Previdência Social, equivalente a R\$ 214 bilhões em dez anos. Atualmente esses recursos vão para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- **Texto-base:** relator desistiu de remanejar recursos do BNDES após críticas de congressistas e da equipe econômica de que

mudança de destinação não melhoraria contas públicas.

### **Tributo para bancos**

- **Proposta do governo:** PEC não abordava assunto.
- **Primeira versão do relatório:** elevar de 15% para 20% a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras, retomando a alíquota que vigorou de 2016 a 2018.
- **Segunda versão do relatório:** retirada da B3 (antiga Bolsa de Valores de São Paulo) do aumento da tributação, elevação de 15% para 17% da alíquota para cooperativas de crédito.
- **Texto-base:**relator restringe aumento a bancos médios e grandes. As demais instituições financeiras continuarão a pagar 15% de CSLL. Mudança deve render em torno de R\$ 50 bilhões em dez anos.

### **Fim de isenção para exportadores rurais**

- **Proposta do governo:** PEC não abordava assunto.
- **Texto-base:** fim da isenção das contribuições previdenciárias de produtores rurais que exportam, mudança que deve render cerca de R\$ 83,9 bilhões em uma década.

**Fonte:** Redação Notícias RO